

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA - PARÁ

História

A localidade de São João do Araguaia surgiu no fim do século XVIII por iniciativa da capitania do Grão-Pará, para estabelecer um entreposto militar na confluência dos rios Tocantins e Araguaia. O nome São João do Araguaia foi dado por localizar-se próximo a confluência do rio Araguaia.

Por sediar um destacamento militar, característica que dava grande importância política no século XIX, a localidade atraiu moradores de Santa Teresa e de Frei Manoel Procópio do Coração de Maria. Depois foi elevada a categoria de povoado em 1901.

São João se envolveu nos acontecimentos que levaram a anexação do sudeste do Pará ao estado do Goiás, em 1908. Seu objetivo era a elevação à categoria de cidade, desligando-se de Baião. Em 1910, os líderes de São João formularam uma proposta conjunta de emancipação da região com os líderes dos principais povoados (Marabá, Conceição do Araguaia e Alcobaça) para tentarem formar o novo estado do Itacaiúnas. Temendo desdobramentos maiores, o governador do Grão-Pará aprovou em 1908 a criação do município de São João do Araguaia.

O município foi afetado pela crise da borracha na década de 1910, perdendo sua autonomia em 1922 ao ser anexado a Marabá. Na mesma ocasião, a vila teve seu nome alterado para São João da Ponta.

A exploração da castanha-do-pará ganhou força na região na década de 1930, quando também foram descobertos depósitos de gemas (cristal de rocha e diamante) no leito do rio Tocantins. Essas atividades fizeram a população local crescer substancialmente.

A exploração das gemas tem seu ápice em 1939, declinando com o tempo. Já a exploração de castanha passou por um período de baixa procura, recuperando-se na década de 1950 e permanecendo como atividade econômica importante até a década de 1980, quando foi superada pela pecuária e pela madeira.

São João do Araguaia recuperou sua autonomia política em 1961, sendo formalmente instalado em 1962.

Formação Administrativa

Elevado à categoria de vila com a denominação de São João do Araguaia, pela Lei Estadual n.º 1069, de 05-11-1908, desmembrado de Baião. Sede no atual vila de São João do Araguaia. Constituído do distrito sede. Instalado em 18-03-1962.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede.

Pela Lei Estadual n.º 2116, de 03-11-1922, o município é extinto, sendo seu território

anexado ao município de Marabá. Sob a mesma lei acima citada, ao perder a autonomia, passou a denominar-se São João da Ponta.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito já denominado São João da Ponta, figura no município de Marabá.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo Decreto-lei Estadual n.º 3.131, de 31-10-1938, o distrito de São João da Ponta voltou a denominar-se São João do Araguaia.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de São João do Araguaia ex-São João da Ponta, permanece no município de Marabá.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960

Elevado à categoria do município com a denominação de São João do Araguaia, pela Lei Estadual n.º 2460, de 29-12-1961, desmembrado de Marabá. Sede no antigo distrito de São João do Araguaia. Constituído de 3 distritos: São João do Araguaia, Apinagés e São Raimundo do Araguaia ex-Santa Isabel do Araguaia. Desmembrado de Marabá. Instalado em 18-03-1962.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 3 distritos: São João do Araguaia, Apinagés e São Raimundo do Araguaia.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-I-1979.

Pela Lei Estadual n.º 5448, de 10-05-1988, desmembra do município de São João do Araguaia o distrito de São Raimundo do Araguaia, para constituir novo município de Brejo Grande do Araguaia.

Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 2 distritos: São João do Araguaia e Apinagés.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2015.

Fonte

São João do Araguaia (PA). Prefeitura. 2017. Disponível em:

<http://www.saojoadoaraguaia.pa.gov.br/a-cidade>. Acesso em: maio 2017.

São João do Araguaia é um [município brasileiro](#) do [estado](#) do [Pará](#). É segunda mais antiga localidade do [sudeste do Pará](#), sendo somente superada em idade pela antiga Alcobaça (atual [Tucuruí](#)).

Seu nome faz alusão ao Rio Araguaia, que banha parte do município. Na verdade, a sede do município fica no rio Tocantins, alguns quilômetros após a confluência deste último com o Rio Araguaia.

Localiza-se a uma [latitude](#) 05°21'30" sul e a uma [longitude](#) 48°47'29" oeste, estando a uma altitude de 99 metros. Sua população estimada em 2020 era de 14.051^[3] habitantes. Possui uma área de 1301,739 km².



Índice

- [1 História](#)
 - [1.1 Colonização](#)
 - [1.2 Declaração de emancipação](#)
 - [1.3 Ciclo do Caucho](#)
 - [1.4 Ciclo das gemas e da castanha](#)
 - [1.5 Restauração da autonomia](#)
 - [1.6 Fatos recentes](#)
- [2 Economia](#)
- [3 Infraestrutura](#)
- [4 Referências](#)
- [5 Ligações externas](#)

História

A localidade de São João do Araguaia surgiu no fim do século XVIII por iniciativa do governo da [capitania do Grão-Pará](#) visto a necessidade de se estabelecer um entreposto militar na confluência dos rios Tocantins e Araguaia para evitar a [evasão](#) de divisas (neste caso metais preciosos) e de mão-de-obra escrava em direção ao Centro-Oeste do [Brasil Colônia](#).

A formação de três núcleos populacionais no médio Tocantins ainda no século XVIII — São Bernardo da Paderneira, [Mola](#) (mocambo-república de [Maria Aranha](#)) e [Alcobaça](#) — acabou dando suporte para a construção de São João, visto que havia muita escassez capital humano para trabalho na região à época.

Colonização

Em virtude do maior fluxo de comércio entre as capitanias de [Goias](#) e do Grão-Pará, após as expedições promovidas pelo Governador do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho, houve a necessidade de se formar próximo ao entroncamento fluvial formado pelos rios Tocantins e Araguaia (fronteira das capitanias) um posto fiscal e destacamento militar da coroa portuguesa. Designou-se para tal função o [alferes](#) Joaquim José Maximino que com mão-de-obra de Alcobaça e São Bernardo fundou o registro de Itaboca em 1797. Posteriormente o registro foi transferido definitivamente para a margem esquerda do Tocantins passando a chamar-se São João do Araguaia, por localizar-se próximo a confluência do rio Araguaia.

Por sediar um destacamento militar, característica excepcional que dava a localidade grande importância política no século XIX, São João tornou-se um ponto demográfico atrator, fato que levou as populações da colônia Santa Teresa e da colônia de Frei Manoel Procópio do Coração de Maria a se mudarem a colônia militar.

Entretanto somente em 1901 é que a localidade foi elevada a categoria de povoado.^[6]

Declaração de emancipação



Praça em frente á Prefeitura Municipal.

São João foi uma das localidades que envolveu-se nos acontecimentos que levaram a anexação do sudeste do Pará ao estado do Goiás em 1908. Os líderes do povoado se uniram aos líderes de Marabá, Conceição do Araguaia e Alcobaça na declaração de emancipação e desligamento formulada em 1808 e protocolada junto ao parlamento goiano. O episódio ocorreu em meio aos conflitos que ocorriam no meio norte brasileiro desde 1907, a [segunda revolta de Boa Vista](#).^[7]

O governo goiano reconheceu o documento de emancipação da região ("declaração de Marabá"), e formalmente a anexou ao seu estado. Desta forma entre 1908 e 1909 o sul do Pará permaneceu em litígio, sendo sua posse disputada Grão-Pará e pelo Goiás. O episódio quase desencadeou uma guerra civil na região. A consequência de tais acontecimentos refletiu na organização política regional, que até então era insipiente.^[8]

A intenção de São João e dos demais povoados para com a proposta de anexação ao Goiás, era sua elevação à categoria de cidade, desligando-se de Baião (a época seu território compreendia todo sul do Pará), que nenhuma assistência fornecia ao povoado.

Como parte dos acontecimentos, em 1910 os líderes de São João formularam uma proposta conjunta de emancipação da região com os líderes dos principais povoados (Marabá, Conceição do Araguaia e Alcobaça), no intuito de formar uma nova entidade política estadual, o estado do Itacaiúnas. Esta proposta é a precursora do atual projeto do [estado do Carajás](#).^[7]

Temendo desdobramentos maiores desta revolta no Sul do Pará, o governador do Grão-Pará aprova em 5 de novembro de 1908 a lei estadual nº 1069, que criava o município de São João do Araguaia, com território desmembrado de [Baião](#). Esta mesma lei elevou o povoado de São João do Araguaia a condição de vila, transformando-o em sede do município. Mesmo com a emancipação, a revolta regional só foi sufocada quase um ano depois.

Ciclo do Caucho

Desde a última década do século XIX, com a escalada dos preços da borracha no mercado internacional, a produção desta commodity estava em franca expansão em toda a [Amazônia](#). No vale amazônico ([Bacia do Amazonas](#)) a extração era feita na [Hevea brasiliensis](#); já no planalto amazônico ([Bacia do Tocantins](#)) a exploração da borracha era feita na [Castilla ulei](#) (popularmente conhecida como caucho), uma variante de menor produtividade. São João rapidamente tornou-se uma das áreas de produção de borracha.

O povoado de São João acumulou muitos dividendos da exploração da borracha, que colaborava para a diversificação das trocas comerciais da região com os portos do litoral brasileiro.

Com a crise da borracha no início da década de 1910, e com mais força a partir do ano 1919, coincidindo com o fim da [Primeira Guerra Mundial](#), a vila entra em profunda crise, tanto que a sua

autonomia jurídica passa a ser questionada, visto que [Marabá](#) rivalizava a predominância na política regional com São João.

Em 3 de novembro de 1922 o município perde sua autonomia, e é anexado ao município de Marabá. Nesta mesma ocasião a vila tem seu nome alterado para São João da Ponta.

Ciclo das gemas e da castanha

A decadência da exploração do Caucho fez ganhar força na região a exploração da [Bertholletia excelsa](#) (Castanha-do-brasil/pará). Antes coletada somente para consumo próprio, esta passa a tomar conta da pauta de exportações de São João e já na década de 1930 supera em valor a produção da borracha.

Neste mesma década de 1930 são descobertos grandes depósitos de gemas ([cristal de rocha](#) e [diamante](#)) no leito do rio Tocantins. Esta atividade, aliada a produção de castanha, faz a população da vila crescer substancialmente e retira a região do marasmo econômico deixado pela borracha. A exploração das gemas tem seu ápice em 1939, declinando com o tempo. Ao fim da [Segunda Guerra Mundial](#), a queda na demanda de gemas influi na produção local, que praticamente extingue-se.

A exploração da castanha no entanto, passa por um período de baixa procura, recuperando-se totalmente já na década de 1950. A castanha permanece como atividade muito importante na pauta municipal até a década de 1980, quando é superada pela pecuária e pela madeira.

Restauração da autonomia

Em 29 de dezembro de 1961, após longos anos de luta pela re-emancipação, São João do Araguaia recupera sua autonomia política ao ser desmembrado do município de Marabá através da lei estadual nº 2960. O município foi formalmente instalado em 18 de março de 1962.

Fatos recentes

Em 2011 São João participou ativamente com todo o sudeste do Pará, da consulta plebiscitária que definiu sobre a divisão do estado do Pará. São João insere-se como parte da proposta do [estado do Carajás](#), tanto que o município é filiado ao principal organismo de luta pela causa na região, a "[AMAT Carajás](#)".^[9]

Embora a expressiva votação favorável no plebiscito em São João, tendo alcançado entre a população local mais de 90% de aprovação pela criação do estado do Carajás,^[10] o peso da [região de Belém](#) se fez maior, e se sobrepôs ao anseio local. Entretanto, mesmo com a derrota na votação, o município continua, juntamente com a região, a pleitear a separação para criação do estado do Carajás.^[11]

Economia



Praça às margens do rio Tocantins.

A economia de São João sempre teve forte ligação com o extrativismo vegetal, sobretudo a extração de [Caucho](#) e [Castanha do pará](#). Atualmente, contudo diversas há [atividades econômicas](#) que compõem o [produto interno bruto](#) do município, em destaque, a atividade [agropecuária](#), a [extração e industrialização da madeira](#), a produção de [carvão vegetal](#), o comércio e os serviços.

Extrativismo vegetal e mineral.

Nos primórdios do povoado de São João, o florescimento da economia local foi dada pelo extrativismo, principalmente porquê a sede do município situa-se como um entroncamento fluvial entre os rios [Araguaia](#) e [Tocantins](#). Os principais produtos extraídos e comercializados eram o [caucho](#), a [castanha do pará](#) e a [andioba](#).

A extração do caucho que foi um dos grandes sustentáculos do município até o início da [década de 1960](#), declinado vertiginosamente até se extinguir na [década de 1990](#). A extração e comercialização da castanha do pará e da andioba até o fim da década de 1980 foram os principais produtos agrícolas produzidos por São João, perdendo participação para a agropécuaária desde a década de 1990. A extração e comercialização da castanha ainda permanece como atividade econômica do município, mas não figura mais como um ator principal do desenvolvimento econômico de São João.

A extração de [gemas minerais](#) nas rochas do leito do [Rio Tocantins](#) também foram importantes atividades econômicas do município da [década de 1910](#) até a [década de 1940](#). Eram principalmente encontradas rochas de [diamante](#) nos garimpos no leito do Tocantins.

Atividade agropecuária, carvão vegetal e indústria madeireira.

O município de São João sofreu um forte impacto socioeconômico com a abertura da [Rodovia Transamazônica](#). Com a abertura da rodovia em meados da década de 1970, o município teve toda a sua cadeia produtiva modificada, passando de uma localidade que tinha sua vida econômica focada basicamente no extrativismo, para ser um dos municípios integrantes da "Fronteira agrícola amazônica".

A agropecuária é responsável hoje por grande parte da composição do PIB municipal. As principais atividades desenvolvidas no território de São João são a criação e o abate de [bovinos](#), a produção [leiteira](#), a criação e o abate de [aves](#), a produção e o beneficiamento de grãos ([arroz](#), [feijão](#) e [milho](#)), a produção de [mandioca](#) e a produção de [hortaliças](#).

A [indústria madeireira](#) foi uma atividade de grande importância para São João, sobretudo durante as décadas de 1980 e 1990. A extração e industrialização da madeira trouxe grande dividendos econômicos para o município, contudo provocou um passivo ambiental muito grande à São João, pois derrubava extensas áreas de floresta nativa. As indústrias do setor madeireiro foram gradualmente sendo fechadas, por trabalharem de forma irregular. Hoje restam algumas poucas indústrias madeireiras em funcionamento, operando a rigor da lei, de forma regular.

A produção de [carvão vegetal](#) é uma atividade econômica que ganhou expressão no município recentemente. O carvão vegetal começou a ser produzido em São João no início da [década de 1990](#), crescendo sua produção muito rapidamente. No entanto a atividade trazia, assim como a indústria madeireira, um grande passivo ambiental para o município pois [desflorestava](#) grandes áreas de floresta para ser produzido. Por força de lei as indústrias carvoeiras e as siderúrgicas sediadas em Marabá (que demandam o carvão), foram obrigadas a modificar seu modelo de produção, investindo em reflorestamento e produção de carvão através do coco da palmeira [babaçu](#).

Infraestrutura

As rodovias que atravessam o território de São João são as federais [BR-153/BR-230](#) e a estadual [PA-405](#); sendo que esta última é o tronco viário de acesso à sede municipal. A mesma têm pavimento asfáltico e comprimento de 13,4 km.^[12]

Referências

1. ↑ [«Candidatos a vereador São João do Araguaia-PA»](#). Estadão. Consultado em 24 de junho de 2021
2. ↑ IBGE (10 de outubro de 2002). [«Área territorial oficial»](#). Resolução da Presidência do IBGE de n° 5 (R.PR-5/02). Consultado em 5 de dezembro de 2010
3. ↑ [Ir para: a b](#) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1 de julho de 2020). [«Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data referência em 1º de julho de 2020»](#). Consultado em 6 de agosto de 2021
4. ↑ [«Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil»](#). Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2010. Consultado em 22 de setembro de 2013
5. ↑ [Ir para: a b](#) [«PIBMunicipal2008-2012»](#). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Consultado em 19 dez. 2014